



Conferência Económica Lusófona, Recursos e Oportunidades no Espaço da CPLP

Cooperação económica e empresarial na CPLP

Lisboa, 29 de Março de 2012

Intervenção do Secretário Executivo da CPLP

Domingos Simões Pereira

Muito por decorrência da conjuntura financeira e económica mundiais, com importantes e reconhecidos reflexos na vida política e social dos povos e nações, temas na linha da que é proposta abordar aqui hoje, passaram a constituir enunciado obrigatório de Estados, organizações sociais, instituições académicas ou cívicas e mesmo de pessoas singulares. A CPLP felizmente não constitui excepção e, estando aqui em sua representação institucional, aproveito para expressar gratidão pelo convite e pela aprendizagem que esta jornada tem proporcionado e para partilhar também alguns pontos de reflexão que espero seja de interesse.

Devido à sua própria génese, que acontece num período coincidente com o da estruturação e consolidação da maioria dos próprios estados que a constituem; o facto de congregar países sem continuidade geográfica, aliás localizados em 4 continentes, o que à partida inviabiliza qualquer intenção de reflectir a inspiração do modelo económico europeu; o facto de cada um dos Estados membros pertencer a um espaço económico concreto, definido e com regras que ditam responsabilidades bem concretas,

Colocou-se desde cedo a questão de estabelecer a verdadeira vocação e os desafios a enfrentar por esta comunidade.

Tendo identificado a língua comum como o ponto de partida e reconhecida a necessidade de aprofundar e desenvolver os laços culturais e as relações de amizade e solidariedade, para muitos isso representou uma fixação tacita de a organização se resumir a uma proclamação de boas vontades e muito pouca substancia.

Mesmo com a criação de mais dois pilares de intervenção, nomeadamente o da concertação político diplomática e da cooperação para o desenvolvimento, estes soaram mais como tentativa de justificação do que um comprometimento sério e determinado, até porque ainda era bastante presente na memória de todos, um



passado colonial, mal estudado, mal compreendido e concluído da pior forma - pelo menos na maioria dos casos.

Felizmente que, a par dessas correntes dominantes, fortemente adversas a esse projecto comunitário, e férteis de argumentos para demonstrar a sua inviabilidade, foram também sendo produzidos, estudos académicos de indiscutível importância e particular relevância para manter em chama os propósitos da organização. Cito simplesmente duas constatações resultantes dessas análises: a primeira, do Professor Adriano Moreira ao afirmar que o mundo global está a provocar a emergência de novas fronteiras globais para as quais, novas políticas e práticas de relacionamento deverão ser construídas. Esta asserção é um importante fundamento para auferir a compatibilidade entre o programa/projecto CPLP e os vários espaços de integração regional em que os Estados membros se vão naturalmente se integrar. A este propósito junta-se o Professor Santos Neves que afirma ser exactamente por pertencerem a esses espaços regionais (geograficamente estabelecidos) que esses países são, cada um deles, muito importantes para a construção do projecto comum CPLP. A segunda, resultante de um estudo encomendado pelo Instituto Camões cujo relatório preliminar vem indicar que 17% do PIB de Portugal estar associado senão provir mesmo de contribuições de indústrias relacionadas com a língua. Ou seja, a ser verdade, o valor económico da língua é uma realidade concreta e objectiva que pode representar um domínio importante de oportunidades ainda com vasto espaço de afirmação e progressão.

São estas as duas premissas que considero fundamentais e que escolho hoje para tentar responder às questões que considero incontornáveis no momento presente: qual a expressão da cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP? O que é que tem sido feito nesse sentido? Haverá espaço de progressão? Para tal, o que precisa ser feito?

Ora, todos os registos factuais são importantes: a orientação da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Maputo em Julho de 2000 no sentido de “afirmar a comunidade através de uma vertente económica e de cooperação empresarial”; a subsequente realização em Lisboa em Julho de 2002 do I Fórum Empresarial da CPLP, numa iniciativa conjunta do MNE, do Ministério da Economia e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação; a criação em Junho de 2004 do Conselho Empresarial da CPLP reunindo várias organizações do Sector Privado de todos os Estados membros; a conversão desta estrutura em Março de 2010 em Confederação Empresarial; as várias resoluções dos órgãos estatutários visando o incremento das relações comerciais e económicas; as várias rodadas de negócio (Negócios em Língua Portuguesa) já realizadas, nomeadamente no Ceará, em



Luanda, Bissau e mais recentemente no Rio de Janeiro; e a já proposta intenção de criação do Conselho Económico e Social.

Não obstante, quinze anos volvidos desde a criação da organização, reconhecendo os constrangimentos de vária ordem que ainda existem, o ainda incipiente volume de trocas comerciais apesar do importante aumento que se tem registado entre Portugal e os PALOP (muito por culpa de Angola e Moçambique), perante a imensidão dos recursos de que dispomos nos nossos espaços geográficos ou de influência, todos acreditamos que se pode e se deve fazer mais.

E mais a meu ver (e na opinião dos peritos que reunimos em Lisboa em Fevereiro passado) significa:

- Ao invés de ações e iniciativas empresariais fragmentadas, individuais ou particulares, acordos globais (envolvendo os 8) e que visem a criação de oportunidades concretas de negócio e investimentos;
- A CPLP não pode ambicionar ser uma estrutura superior aos Estados contudo, a sua vocação de coordenação de políticas, deve reflectir-se de forma estudada e calibrada nas políticas públicas nacionais de cada um dos Estados. Tal é possível (aliás só assim é) alinhar com as directrizes do espaço económico regional;
- A CPLP necessita de mecanismos de controlo e de minimização dos riscos não-comerciais na regulação e promoção dos negócios e investimentos. O MIGA no banco Mundial e o Fagace na Africa Ocidental são exemplos mais que orientadores;
- Os Estados em conjunto com privados nacionais e através de parcerias com instituições internacionais devem criar estruturas financeiras capazes de acompanhar a iniciativa privada nos primeiros anos de exercício e sobretudo para actividades inovadoras ou estruturantes (infra-estruturas, equipamentos colectivos e outros);
- Clusters económicos como o mar, o turismo, as pescas p.e. devem resultar de um exercício conjunto ou combinado que estabeleça padrões de orientação para toda a cadeia

Insisto que, para o conjunto dos nossos países, mesmo excluindo a Indústria extractiva, que atrai outras atenções e interesses, e pouco virada para o pequeno empreendedor, dispomos no geral de produtos estratégicos muito importantes nos domínios da agricultura e a agro-indústria, nas pescas, no turismo e nos serviços. Necessitamos é de políticas claras e programas de promoção do investimento, através de um quadro jurídico virado para a facilitação do negócio e o investimento (aqui sobretudo de um código de investimento e uma lei de trabalho que reconheçam e promovam o investidor lusófono), necessitamos de garantir os determinantes nacionais do



empreendedorismo e favorecer o surgimento de parcerias globais que, estão facilitadas pelas redes virtuais de comunicação, já existentes.

A meu ver, a Private equity (*atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, com o objetivo de alavancar seu desenvolvimento. Esses investimentos são realizados via Fundos de Private Equity.*) e a Venture capital (*investimento na fundação de uma empresa nova ou expansão de uma empresa pequena*) são mecanismos que poderiam cumprir esses desideratos em substituição do tradicional, já arcaico e esgotado mecanismo de financiamento via endividamento público.

Termino lembrando uma citação de Simon Tupman encontrada no Guia do Empreendedor, publicada pela SEDES que diz que “o necessário é um compromisso com o sucesso e paixão pelo que fazemos”. Precisamos, na verdade, de dar uma chance a nós próprios e nos libertarmos de complexos na definição do relacionamento que precisamos construir.

Dizia recentemente o Presidente Cavaco Silva que “os empresários das comunidades portuguesas e lusófonas precisam aprender a trabalhar em rede, cooperando entre si, associando-se, para realizarem o máximo das suas potencialidades, aproveitando os recursos, as experiências e o talento de todos”.

Aos organizadores e participantes desta importante Conferência, os meus agradecimentos pela iniciativa, pelo convite, pela presença e contributo que irá certamente enriquecer o nosso conhecimento sobre como reforçar e desenvolver a vertente económica da nossa organização comum.

Muito obrigado.